

Folha Informativa SRADR

2022-02-22

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Resolução do Conselho de Governo n.º 12/2022</u>	2021.02.21	Presidência do Governo	Autoriza a concessão, pela Presidência do Governo Regional, de subsídios e outras formas de apoios financeiros a entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos.



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Regulamento de Execução (UE) 2022/246</u>	2022.02.22	Comissão Europeia	Altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/39 no respeitante aos pedidos de ajuda, ao pagamento da ajuda e aos controlos no local.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2022/249</u>	2022.02.22	Comissão Europeia	Altera os anexos V e XIV do Regulamento de Execução (UE) 2021/404 no que diz respeito às entradas relativas ao Reino Unido nas listas de países terceiros autorizados para a entrada na União de remessas de aves de capoeira, produtos germinais de aves de capoeira e carne fresca de aves de capoeira e de aves de caça.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2022/250</u>	2022.02.22	Comissão Europeia	Altera o Regulamento de Execução (UE) 2021/403 no que diz respeito ao aditamento de um novo modelo de certificado sanitário/oficial para a entrada na Irlanda do Norte de ovinos e caprinos provenientes da Grã-Bretanha e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2021/404 no que diz respeito à lista de países terceiros autorizados para a entrada na União de ovinos e caprinos

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias

◆ **Governo dos Açores quer regime jurídico da atividade apícola com maior reconhecimento da atividade e maior valorização do produto**

O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural anunciou, na Praia da Vitória, que o Governo Regional vai entregar esta semana na Assembleia Legislativa Regional uma proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional que estabelece o Regime Jurídico da Atividade Apícola e da Produção, Transformação e Comercialização de Mel da Região Autónoma dos Açores.

Folha Informativa SRADR

2022-02-22

António Ventura falava à margem de uma visita a uma exploração apícola, na Casa da Ribeira, onde justificou esta alteração com o crescimento da atividade, pretendendo que se torne mais simples, com maior reconhecimento da atividade e com maior valorização do produto”.

O responsável pela pasta da Agricultura referiu ainda que as alterações previstas atendem à necessidade de preservar a situação sanitária das ilhas e no sentido de reforçar medidas para preservar a saúde das abelhas, tendo em conta as quantidades de mel produzidas nos últimos anos.

De acordo com o governante, no ano de 2021 registou-se uma quantidade de 8.146 quilogramas (kg) de mel DOP produzido, sendo que em 2020 foram 6.914 kg; em 2019 5.865 kg e em 2018 5.120 kg.

“Tendo em conta que já temos 453 apicultores registados na Região, 11 melarias, mais de sete mil colmeias, importa visitar este Decreto Legislativo Regional 24/2007/A de 7 de novembro, tornando-o mais simples, com maior reconhecimento da atividade e com maior valorização do produto”, frisou.

Segundo António Ventura, “as alterações são várias e vão nesse sentido, desde logo a redução mínima entre apiários de 500 para 250 metros, a introdução de apiários para autoconsumo, a alteração dos critérios para a composição do mel, da sacarose e do índice diastásico e um maior controlo de doenças”.

“São um conjunto de alterações que vêm de encontro àquilo que são a realidade e a necessidade de promover e potenciar esta atividade, quer como atividade principal, quer como um complemento económico, no âmbito daquilo que se quer para a Região Autónoma dos Açores, quer também a diversificação económica e a diversificação agrícola”, acrescentou.

Fonte - Governo dos Açores quer regime jurídico da atividade apícola com maior reconhecimento da atividade e maior valorização do produto - Comunicação - Portal (azores.gov.pt)



Estudo de caracterização e análise da produção e tratamento de resíduos de plásticos agrícolas - Convite

A Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, em conjunto com a EcoDesafios, Ambiente e Sustentabilidade, encontra-se a desenvolver um estudo de caracterização e análise da produção e tratamento de resíduos de plásticos do fluxo agrícola na Região Autónoma dos Açores.

Com a elaboração deste estudo, pretende-se que a Região Autónoma dos Açores fique dotada de uma avaliação coerente e integrada sobre a situação de referência no que respeita à produção e tratamento de resíduos de plásticos do fluxo agrícola (plásticos agrícolas), com vista à adoção de medidas de gestão adequadas.

Nesse âmbito, convidam-se todos os interessados a assistir à apresentação dos objetivos do estudo, análise dos resultados preliminares e recolha de contributos com vista a resposta às questões significativas a considerar e objetivação dos correspondentes termos de referência, a decorrer on-line, no próximo dia 7 de março, pelas 10h, através do seguinte endereço:

<https://teams.microsoft.com/registration/GHerFHE->

[GUCJCI7tm5L5ig,MdlGf8myEk200ltmYkKx6g,qaqL_6BZQ0WALTsvUu0YTtw,8P_wkNzGTEaqNBN1fo7fVA,coHGqm_QMUyE58So3XsbVw,8uE9Go0aD0OZ8FX2qLRWlw?mode=read&tenantid=14ab7718-3e71-4019-890a-54ed9b92f98a](https://teams.microsoft.com/registration/GHerFHE-GUCJCI7tm5L5ig,MdlGf8myEk200ltmYkKx6g,qaqL_6BZQ0WALTsvUu0YTtw,8P_wkNzGTEaqNBN1fo7fVA,coHGqm_QMUyE58So3XsbVw,8uE9Go0aD0OZ8FX2qLRWlw?mode=read&tenantid=14ab7718-3e71-4019-890a-54ed9b92f98a)

Fonte – Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Folha Informativa SRADR

2022-02-22



República Portuguesa

Notícias

❖ **Produção, Controlo e Comercialização de Plantas Hortícolas – Guia Explicativo**

A DGAV publica o [Guia explicativo](#) do Decreto-lei n.º 82/2017, de 18 de julho, no que respeita à produção, ao controlo e à comercialização de plantas hortícolas, visando apoiar os operadores económicos na aplicação das normas legais de uma forma mais simples e acessível e, nalguns aspetos, de forma mais detalhada e esclarecedora, sempre com o objetivo de contribuir para o cumprimento da legislação em vigor.

Fonte - [Produção, Controlo e Comercialização de Plantas Hortícolas – Guia Explicativo – DGAV](#)



❖ **Atualização da Lista de Biocidas de Uso Veterinário Autorizados / Notificados**

A DGAV procedeu à atualização da Lista de Biocidas de Uso Veterinário Autorizados / Notificados, a qual poderá ser consultada [aqui](#).

Fonte - [Atualização da Lista de Biocidas de Uso Veterinário Autorizados / Notificados – DGAV](#)



União Europeia



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE

❖ Está a decorrer o período para a apresentação de comentários relativamente ao seguinte [PROJETO DE ATO](#):

✓ **Título: Bebidas espirituosas – alteração da definição de álcool etílico de origem agrícola**

Sumário: Esta iniciativa tem por objetivo alterar a definição e os requisitos aplicáveis ao álcool etílico de origem agrícola. O Regulamento sobre bebidas espirituosas estipula que este é o único tipo de álcool etílico que pode utilizar-se na produção de bebidas espirituosas e de outras bebidas alcoólicas.

Esta iniciativa tem por objetivo:

- esclarecer que o álcool etílico se obtém por destilação, após fermentação, de produtos agrícolas.
- alinhar os limites de resíduos previstos com aqueles efetivamente respeitados pelos produtores e verificados pelos laboratórios.

Período para comentários: 21 de fevereiro de 2022 a 21 de março de 2022

Link: [Bebidas espirituosas – alteração da definição de álcool etílico de origem agrícola \(europa.eu\)](#)



Outras Notícias da Comissão Europeia

❖ **“Melhorar a coerência entre o Acordo Verde, a PAC e a política comercial da UE”, apresentação na reunião do Conselho de Agricultura e Pescas**

“Gostaria de agradecer à Presidência por ter colocado esta importante questão na ordem do dia.

A coerência da Política Agrícola Comum com o nosso Acordo Verde e a nossa política comercial é, de facto, um tema da maior importância.

Como sabem, a nova PAC continua a ser um forte provedor económico para os nossos agricultores: constitui a espinha dorsal dos seus rendimentos; fornece ferramentas para ajudá-los a garantir uma participação maior na cadeia de valor; e fornece instrumentos para estimular a competitividade do setor.

A nova PAC tem também um papel mais importante na orientação dos agricultores para melhorarem o seu desempenho ambiental e climático, através de um modelo mais orientado para os resultados.

Isso é essencial, porque não pode haver agricultura sustentável, lucrativa ou produtiva sem um meio ambiente saudável.

No entanto, como sabem, alguns agricultores europeus estão a suscitar preocupações de que a Estratégia: “Do prado ao prato” possa levar a uma deslocalização da nossa produção alimentar e agrícola no estrangeiro. Se os padrões de saúde, meio ambiente ou bem-estar animal aplicados às nossas importações no exterior forem muito mais baixos, isso pode realmente prejudicar os nossos objetivos políticos.

Precisamos de abordar essas preocupações, porque a nossa agenda de sustentabilidade agroalimentar só terá sucesso se garantirmos que a Estratégia: “Do prado ao prato” beneficie os nossos agricultores, bem como a sociedade europeia, e possa liderar uma mudança global para sistemas alimentares sustentáveis.

Portanto, é de extrema importância garantir a coerência entre as nossas políticas agrícolas, ambientais e comerciais, de forma a contribuir para o aumento dos padrões de sustentabilidade em todo o mundo.

Por isso, saúdo o debate de hoje no Conselho AgriFish.

A nota informativa elaborada pela Presidência constitui uma boa base para o nosso debate, identificando três níveis de ação: Em primeiro lugar, medidas autónomas.

Existem alguns casos em que pode ser justificado aplicar nossos padrões de produção às importações.

Por exemplo, por motivos éticos – gaiolas vêm-me à mente – ou para proteger as preocupações de sustentabilidade global, como fizemos com nossas recentes propostas sobre desmatamento e para um Mecanismo de Ajuste de Fronteiras de Carbono.

No entanto, o objetivo destas medidas não pode basear-se em considerações económicas. Devemos garantir que quaisquer medidas propostas estejam em total conformidade com as regras da OMC.

Em segundo lugar, a Presidência identificou o potencial para ações a nível multilateral.

De fato, devemos continuar a promover nossa agenda de sustentabilidade agroalimentar em todos os fóruns multilaterais relevantes, incluindo o FAO/Codex (que estabelece padrões), na OMC e em outros fóruns como o G20.

Ao impulsionar nossa agenda, também devemos levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento entre os parceiros, em particular os países menos desenvolvidos e os países de renda média.

Terceiro e, finalmente, há um nível bilateral de ação.

Devemos fazer o melhor uso possível das negociações em curso para garantir que os nossos novos acordos comerciais promovam genuinamente a agenda de sustentabilidade da UE e reforcem a cooperação bilateral na área de sistemas alimentares sustentáveis.

Como forma de promover a nossa agenda sustentável, a quota de carne de bovino Hilton é um exemplo interessante apresentado pela Presidência, que mereceria uma discussão mais aprofundada. A alimentação através de pastagem é boa para o bem-estar animal e para o meio ambiente, mas é claro que precisamos ver como essa abordagem pode funcionar com os parceiros comerciais.

Folha Informativa SRADR

2022-02-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

✓ Ações da Comissão

Então, que passos estamos a dar na Comissão Europeia?

Em primeiro lugar, permitam-me que vos recorde que a Comissão já assumiu compromissos na Revisão da Política Comercial e como parte da Estratégia: “Do prado ao prato”. Estou certo de que todos vocês estão plenamente cientes desses compromissos.

Em segundo lugar, a Comissão está atualmente a trabalhar num relatório para examinar como podemos alcançar a coerência entre as nossas políticas agrícolas, ambientais e comerciais.

O relatório abordará todos os elementos levantados hoje pela Presidência do Conselho.

Incluirá uma avaliação da justificação e viabilidade jurídica da aplicação das normas sanitárias e ambientais da UE aos produtos agroalimentares importados (incluindo normas de bem-estar animal, bem como processos e métodos de produção).

Também identificará iniciativas concretas para garantir maior consistência na aplicação de tais normas, em conformidade com as regras da OMC.

O trabalho está em andamento e o objetivo é que este relatório seja adotado em junho.

Acaba de ser lançada uma consulta pública de 4 semanas – para uma questão tão importante, é importante obter os pontos de vista dos nossos cidadãos.

Eu os encorajo a usar seus canais de comunicação para promover esta consulta, especialmente entre as comunidades agrícolas em seus respectivos países.

Espero poder compartilhar com vocês as visões preliminares das nossas partes interessadas em março.

Até lá, espero avançar nesse tópico; é da maior importância para os nossos agricultores, os nossos cidadãos e o nosso objetivo de um sistema alimentar sustentável na União Europeia.

Agradeço mais uma vez à Presidência a sua iniciativa e agradeço a todos a vossa atenção”.

Fonte - [Improving coherence between the Green Deal, CAP and Trade \(europa.eu\)](https://europa.eu)

❖ **A área de agricultura biológica da UE atinge 14,7 milhões de hectares**

A área utilizada para a produção agrícola biológica na [UE](#) continua a aumentar. Abrangeu 14,7 milhões de hectares em 2020, acima dos 9,5 milhões de hectares em 2012, o equivalente a um aumento de 56%. Em 2020, a área de produção biológica total na UE correspondia a 9,1% da [área agrícola total utilizada](#) (SAU).

Entre 2012 e 2020, a percentagem da superfície agrícola utilizada para a agricultura biológica aumentou em todos os Estados-Membros da UE, exceto na Polónia.

Em 2020, as maiores proporções de áreas agrícolas orgânicas no total da SAU foram na Áustria (25%), Estónia (22%) e Suécia (20%). Em contrapartida, a percentagem da agricultura biológica era inferior a 5% em oito Estados-Membros da UE, com as percentagens mais baixas na Irlanda e em Malta.

Esta [informação](#) provém de dados publicados hoje pelo Eurostat. O artigo apresenta um punhado de descobertas do artigo mais detalhado sobre [Estatísticas Explicadas](#).

Folha Informativa SRADR

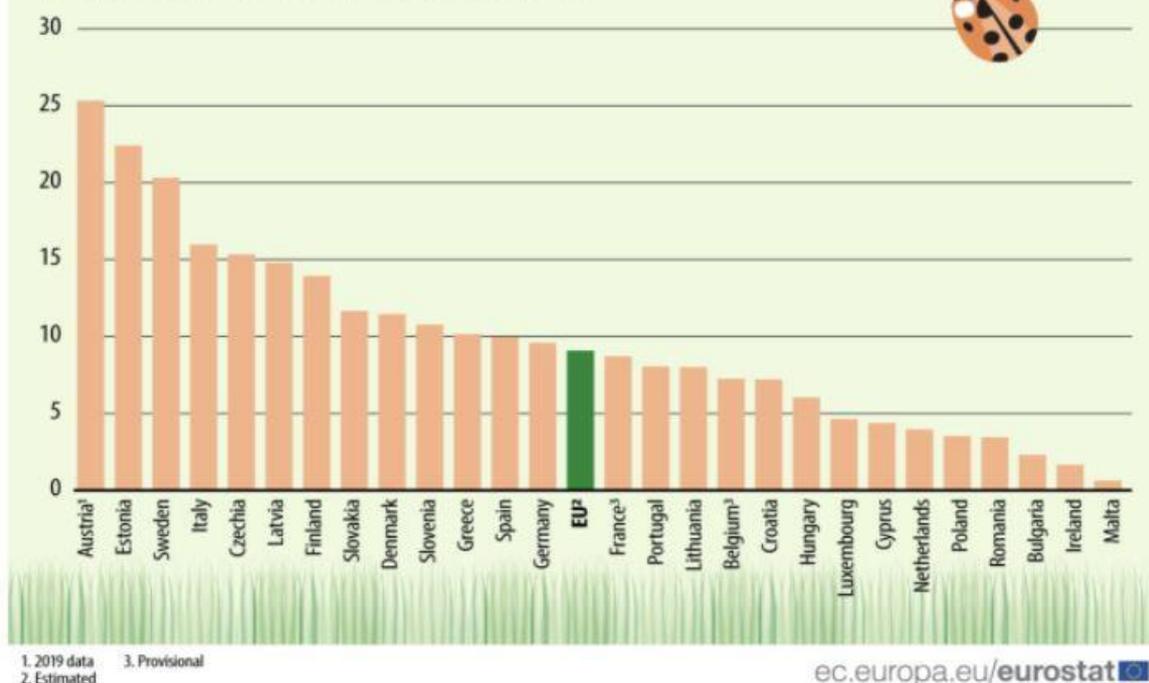
2022-02-22



Outras Notícias da Comissão Europeia

Organic area

(% share of total utilised agricultural area, 2020)



Para mais informações:

- Artigo do Eurostat de [estatísticas explicadas](#) sobre agricultura biológica;
- Secção do Eurostat [dedicada](#) à agricultura
- [Base de dados](#) do Eurostat sobre agricultura biológica

Fonte - EU's organic farming area reaches 14.7 million hectares - Products Eurostat News - Eurostat (europa.eu)

Folha Informativa SRADR

2022-02-22



Notícias do Conselho

Conselho da Agricultura e Pescas, 21 de fevereiro de 2022

PRINCIPAIS RESULTADOS

Agricultura

✓ Coerência entre agricultura, comércio e políticas ambientais

Os ministros trocaram pontos de vista sobre as formas de **reforçar a coerência** entre o Acordo Verde, a política agrícola comum (PAC) e a política comercial, a fim de apoiar a transição para sistemas alimentares sustentáveis.

De um modo geral, os ministros reconheceram a necessidade de **reforçar a coerência entre as políticas setoriais e comerciais da UE**, a fim de se alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e as respetivas estratégias setoriais.

Muitos ministros salientaram a importância **de melhorar a coerência entre as próprias normas sanitárias e ambientais da UE e as aplicadas aos produtos agroalimentares importados**, em conformidade com as regras da OMC e em cooperação com os parceiros comerciais da UE, nomeadamente reconsiderando os limites máximos para os resíduos fitofarmacêuticos e introduzindo cláusulas espelho no direito da UE.

A adoção de conclusões do Conselho sobre "o empenho da UE num Codex Alimentarius ambicioso e adequado aos desafios de hoje e de amanhã" insere-se também neste objetivo de promover os valores europeus no contexto das negociações internacionais, nomeadamente promovendo a inclusão de uma dimensão de sustentabilidade.

"A reunião do Conselho centrou-se na reciprocidade das normas e na promoção das normas e valores europeus a nível internacional. Tanto as discussões sobre a coerência entre o Pacto Ecológico Europeu, a PAC e a política comercial e sobre a proposta de regulamento de combate à desflorestação e degradação florestal, bem como a aprovação das conclusões do Conselho sobre o Codex Alimentarius, deixaram claro que os europeus deixarão de aceitar produtos que contrariam nossos esforços para nossos sistemas alimentares mais sustentáveis." – Julien Denormandie, Ministro da Agricultura e Alimentação francês

- [Reforçar a coerência entre o Acordo Verde, a PAC e a política comercial para apoiar a transição para sistemas alimentares sustentáveis](#)

✓ Produtos livres de desflorestação

Os ministros da agricultura realizaram um debate político sobre a proposta da Comissão de um regulamento sobre produtos livres de desflorestação, cujo objetivo é garantir que os **produtos consumidos no mercado da UE não contribuam para a desflorestação e a degradação florestal em todo o mundo**. Fá-lo-á definindo regras de *due diligence* para os operadores, de modo a reduzir o risco de as mercadorias colocadas no mercado da UE, como soja, carne de bovino, óleo de palma, madeira, cacau e café, estarem associadas à desflorestação.

De um modo geral, os ministros congratularam-se com o regulamento proposto. Em particular, destacaram a necessidade de estabelecer **definições claras e inequívocas**, em conformidade com a política florestal da UE, para evitar **encargos administrativos e financeiros desproporcionados** (em especial para os pequenos operadores), para garantir que o regulamento seja aplicado de **forma consistente** em toda a UE, para verificar o **cumprimento das regras da OMC** e estabelecer **boas relações com países terceiros**.

Um debate político sobre a proposta terá lugar durante o Conselho Ambiente em 17 de março de 2022.

- [Regulamentação sobre produtos livres de desflorestação – informações da presidência;](#)
- [Proposta de regulamento relativo à disponibilização no mercado da União, bem como à exportação da União, de certas mercadorias e produtos associados à desflorestação e à degradação florestal;](#)

✓ Situação do mercado

Com base nas informações fornecidas pela Comissão e pelos Estados-Membros, os ministros procederam a uma troca de opiniões sobre a situação do mercado dos produtos agrícolas. Durante a discussão, os Estados membros destacaram uma série de preocupações, em particular o impacto na agricultura dos **custos crescentes de energia, fertilizantes e alimentos**

Folha Informativa SRADR

2022-02-22



Notícias do Conselho

para animais. A delegação polaca também fez uso da palavra para fornecer informações sobre os desafios que o **setor da carne de suíno** enfrenta na Europa; este ponto deu seguimento a pontos semelhantes levantados em reuniões anteriores do Conselho e foi apoiado por outros Estados membros. Outros tópicos discutidos incluíram o impacto económico das doenças veterinárias, como a **peste suína africana** e a **gripe aviária de alta patogenicidade**, bem como os desenvolvimentos relatados pelos Estados membros como tendo um impacto particular na agricultura. Os ministros tomaram nota da proposta da Comissão para um grupo de alto nível sobre o setor da carne de suíno, que trabalharia para encontrar uma solução para a atual crise a médio e longo prazo.

- [Últimos dados sobre a situação do mercado agrícola;](#)
- [Situação do mercado da carne de suíno – informação da delegação polaca, apoiada pela Hungria e Letónia.](#)

✓ Outros tópicos de discussão

Durante a reunião, os ministros receberam informação dos estados membros sobre a **revisão da política de promoção agrícola** da UE e as condições de seca em Portugal e Espanha. Também discutiram a necessidade de garantir um **rendimento justo para os agricultores**.

Os ministros receberam informações da Comissão sobre relatórios sobre as **medidas fitossanitárias sobre as importações** para a UE e sobre a **extensão da utilização de passaportes fitossanitários**. Outros temas discutidos incluíram a necessidade de melhorar o bem-estar e a saúde dos **cães criados para fins comerciais** e a **rotulagem dos ovos**.

- [Relatórios sobre as medidas fitossanitárias sobre as importações para a UE e sobre a extensão da utilização de passaportes fitossanitários na UE – informação da Comissão Europeia;](#)
- [Relatório da Comissão Europeia sobre a aplicação e eficácia das medidas fitossanitárias relativas às importações para o território da União;](#)
- [Relatório da Comissão Europeia para apresentar a experiência adquirida com a extensão do sistema de passaporte fitossanitário a todos os movimentos de plantas para plantação no território da União;](#)
- [Legislação da UE sobre a guarda e venda comercial de cães – informações da Delegação Dinamarquesa;](#)
- [Potenciais efeitos negativos da revisão da elegibilidade dos produtos no âmbito da política de promoção da UE – informações da delegação polaca em nome dos austríacos, belgas, búlgaros, húngaros, irlandeses, italianos, letões, lituanos, polacos, portugueses e espanhóis delegações;](#)
- [Período de 16 semanas para ovos caipiras em relação à situação da gripe aviária em 2021-2022 – Informação da Delegação dos Países Baixos, apoiada pela Áustria, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Estónia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Portugal e Roménia;](#)
- [Situação de seca severa em Portugal e Espanha – Informação das delegações portuguesa e espanhola;](#)
- [Rendimento justo para os agricultores: Uma nova aliança para a segurança alimentar na Europa – informações das delegações austríaca e alemã em nome da Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Finlândia, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Malta, Portugal, Roménia, Eslovénia e Espanha.](#)

Fonte - Agriculture and Fisheries Council - Consilium (europa.eu)